

A África na recomposição do mundo: dependências, fracassos e perspetivas

Fernando Bessa Ribeiro

Docente no Departamento de Sociologia
Investigador no Centro de Investigação em Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
fbessa@ics.uminho.pt

Apesar de secundarizado pela pandemia em curso, o conflito em torno da Huawei não desapareceu dos holofotes mediáticos. Envolvendo os Estados Unidos da América e a China, alguns dirão que é consequência da vontade do governo norte-americano em defender a liberdade e a segurança do seu país face à China. Podemos compreendê-lo de outro modo. Apesar da resiliência das estruturas do sistema mundial, este está sujeito a tensões que, por vezes, se convertem em dinâmicas transformadoras. Se a regra é a estabilidade, hoje a mudança prevalece. Em concreto, assistimos ao declínio norte americano – aliás implícito no slogan *Make America Great Again*, agora substituído por *Made in America* – que é também do Ocidente. Não sendo fenómeno recente, Arrighi foi um dos primeiros a assinalá-lo, ainda na última década do século passado:

Depois de 600 anos nos quais “as dádivas” da história e da geografia fizeram do Ocidente o local original do capitalismo mundial, parece agora que as civilizações do leste asiático estão melhor posicionadas para tirar vantagem desta última reversão no ímpeto organizacional do capitalismo mundial. [...] o centro parece estar mudando para uma região do mundo não ocidental (Arrighi, 1997, p. 365).

Este processo de recomposição global confronta os países africanos com os velhos problemas de sempre (Ribeiro, Leite & Felizes 2020): encontrar soluções para romper com a pobreza, a doença e a morte prematura, a que se juntam os impactos das alterações climáticas, as devastações ambientais, a redução da biodiversidade, em boa medida consequência da disseminação humana para áreas remotas do planeta (Shah, 2020). Esta é particularmente intensa em África devido à persistência de um forte crescimento demográfico que irá levar o continente para mais de 2.500 milhões de indivíduos

em 2050. Face a este cenário inquietante e mesmo trágico, qual o futuro do continente africano, em especial o da sua parte subsariana? Não se podendo em poucas palavras responder a esta questão complexa, sobretudo considerando a enorme diversidade de estados, povos, economias e culturas existentes em África, a parte subsariana compreende quase meia centena de estados, partilhando histórias de colonização que se prolongaram para lá da primeira metade do século XX, encerrando-se em 1975, com a independência das colónias portuguesas. A recomposição do mundo em curso parece abrir novas perspetivas a estes países. Ao contrário do que parecia provável na transição do milénio, já não se pode falar em desconexão, expressão forte do desinteresse dos países centrais e das suas multinacionais por África. Em boa medida graças à emergência de novas potências, sobretudo a China, sequiosa de matérias-primas para alimentar a sua expansão económica, o continente africano merece um interesse renovado.

Retomando o discutido em trabalhos anteriores (Ribeiro, 2010 e 2017), os atuais estados africanos são consequência da ocupação colonial e das lutas de libertação empreendidas por movimentos políticos que, em muitos casos, tiveram de pegar em armas para enfrentarem as potências colonizadoras. Apesar de influenciados pelas mais diversas correntes teóricas e políticas, o marxismo era preponderante em alguns destes movimentos, nomeadamente nos que estavam vinculados a territórios sob domínio colonial português. Para estes não foi despiciente o apoio da União Soviética, da China e de outros países não capitalistas, envolvendo não só armas mas também formação política e auxílio material. Conquistado o poder, as elites nacionalistas introduziram programas de modernização e de desenvolvimento. No caso dos países comprometidos com o rompimento radical das dependências em relação aos países capitalistas, procurou-se implementar políticas de transformação revolucionária da sociedade. Ainda que com diferentes gradações, os governos destes novos países tentaram construir soluções nacionais comprometidas com a “independência política, a modernização do estado e a industrialização da economia” (Amin, 2000, p. 230). Apesar de os sistemas políticos e as orientações ideológicas não serem homogêneos, com reflexos no modelo económico escolhido, estes novos estados ensaiaram políticas visando debilitar a dependência que historicamente os atava às suas antigas potências colonizadoras, na maior parte também países centrais (Nkrumah, 1975). Conscientes de que a dependência tinha sido gerada pelo colonia-

lismo, produtor do subdesenvolvimento que atingia os povos africanos (Venâncio, 2000), as elites africanas progressistas compreenderam que a modernização e a melhoria das condições de vida dos seus povos dependiam da implementação bem-sucedida de agendas desenvolvimentistas.

Muito foi conseguido. Porém, o balanço está longe de merecer uma avaliação inequivocamente positiva, considerando os problemas que os países africanos continuam a enfrentar nos mais diversos campos. A compreensão destes fracassos deve articular fatores sistêmicos relacionados com o modo como funciona o capitalismo, tal como o entendem as teorias da dependência, com fatores internos, com destaque para a estrutura de classes e seus interesses. Esta articulação permite iluminar as mudanças produzidas em muitos destes países nos primeiros anos da década de 1980, ainda a existência da União Soviética parecia inquestionável, com a adesão de muitos deles às instituições de Bretton Woods e o abandono dos modelos sugeridos pelos teóricos e técnicos marxistas e keynesianos, em linha com o que estava a ocorrer um pouco por todo o lado, incluindo nas instâncias internacionais. Estas mudanças acabariam por acentuar a subordinação dos governos africanos aos países centrais, facilitando a aplicação dos chamados programas de ajustamento estrutural:

Para os países africanos, a aplicação dos programas de “ajustamento estrutural” implicou, contudo, a sua entrada num círculo vicioso de consequências desastrosas, deixando-os em situações piores do que antes. O fracasso destes “ajustamentos” deixou muito dos países em situações de maior vulnerabilidade às conjunturas externas, de depressão económica e de endividamento externo elevados (Milando, 2005, p. 116).

Se analisada à escala do tempo longo, a vitória sobre o colonialismo foi um passo indiscutivelmente importante, é certo, mas não bastante para superar os problemas que constroem os povos africanos. Depois de tudo ter sido jogado – “povos de África (e de toda a parte) voltaram-se para o ‘mercado’ buscando exactamente o mesmo que antes buscavam no ‘estado’”, afirma Wallerstein (2002, p. 71) –, a situação continua a ser muito difícil, provavelmente ainda mais grave do que nos alvares das independências. Daí que não se possa obliterar um certo afro-pessimismo, sobretudo quando se confronta o presente com as grandes expectativas das décadas de 1950 e 1960. Se alguns, como Dumont (1962), avisaram sobre o que aí vinha – a

desordem política, o desinteresse pelo bem comum, a repressão das dissidências –, mantém-se atual a crítica severa de Fanon: “o povo, que dera tudo nas horas difíceis da luta de libertação nacional, [interroga-se] de mãos e barriga vazias, sobre o grau de realidade da sua vitória” (1980, p. 223).

Sendo o caminho da emancipação muito estreito e acidentado, ele terá de se fazer através do deslçamento das múltiplas dependências que subordinam África aos países centrais, agora também à China. Tal como procuraram fazer os governos progressistas na América Latina (Oliver Costilla, 2014), sobretudo na primeira década do presente século, tal passa largamente pela organização de modos de cooperação ao nível do continente, mantendo uma larga atenção ao que ocorre noutras geografias. Ao estado cabe um lugar determinante, sendo imprescindível para robustecer a autonomia nacional face às multinacionais, aos grandes interesses económicos e financeiros internacionais e aos estados centrais. Quer dizer, trata-se de atenuar a dependência económica, procurando soluções locais e regionais, nomeadamente no domínio agrícola e industrial, que possam contribuir para a realocização e desenvolvimento das atividades económicas e o incremento da autonomia técnico-científica.

Em jeito de contraponto ao afro-pessimismo persistente e, a bem-dizer, justificado, as mudanças em curso no sistema mundial abrem novas oportunidades para a ação política progressista em África, sobretudo nos países onde os recursos naturais abundantes se possam articular com um estado com uma presença relevante na economia. Para que isto ocorra – residirá aqui o maior escolho – é necessário um compromisso social que constanja as elites a abraçar agendas políticas orientadas para a melhoria das condições materiais de existência da população e a redução das desigualdades. Difícil de concretizar, considerando a complexa composição de classes que caracterizam as sociedades africanas e a força da economia dos bens simbólicos (Bourdieu, 1999), a disseminação do capitalismo pelo continente africano, liquidando ou subordinando as instituições preexistentes, tem produzido as contradições sociais que também em África aprofundará o conflito insanável que opõe, desde sempre, o capital ao trabalho, dominantes a dominados. Neste conflito está também presente a luta contra as desigualdades sociais. Marca do capitalismo global contemporâneo (Piketty, 2013), esta ação convoca uma outra, também de dimensão global, a da defesa da justiça entre estados e povos. Que, obviamente, não se circunscreve simplesmente à não agressão, ao respeito pelos

contratos ou ao dever de assistência, nomeadamente em caso de crise alimentar, sanitária ou outras emergências, mas também deverá incluir “um princípio de justiça distributiva global” (Arnsperger & van Parijs, 2003, p. 75), de modo a fazer do mundo, também de África, um lugar mais decente para os seres humanos.

Bibliografia

- AMIN, S. (2000). *Os desafios da mundialização*. Lisboa: Dinossauro.
- ARNSPERGER, Christian & VAN PARIJS, P. (2003). *Ética económica e social*. Porto: Afrontamento.
- ARRIGHI, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta.
- DUMONT, R. (1962). *A África começa mal*. Lisboa: Dom Quixote.
- FANON, F. (1980). *Em defesa da revolução africana*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- MILANDO, J. (2005). *Cooperação sem desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- NKRUMAH, K. (1975). *A luta de classes em África*. Lisboa: Sá da Costa.
- OLIVER COSTILLA, L. (2014). Prefácio: una integración con tramas orgánicas complejas y contradictorias y limitativas. In A. M. P. de Carvalho & F. U. X. de Holanda (Eds), *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração* (pp. 21-37). Fortaleza: Edições UFC.
- PIKETTY, T. (2013). *Le capital au XXI^e siècle*. Paris: Seuil.
- RIBEIRO, F. B. (2010). *Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, F. B. (2017). *Uma sociologia do desenvolvimento*. V. N. de Famalicão: Húmus.
- RIBEIRO, F. B., LEITE, I. & FELIZES, J. (2020). Um objeto complexo e fugidio? Uma introdução crítica ao desenvolvimento. *Configurações*, 25, 9-24.
- SHAH, S. (2020). De onde vêm os coronavírus? Contra as pandemias, a ecologia, *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), II Série, 161, 13-14.
- VENÂNCIO, J. C. (2000). *O facto africano: elementos para uma sociologia de África*. Lisboa: Veja.
- WALLERSTEIN, I. (2002). *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes.